



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

DE 2 A 6 DE ABRIL DE 2018

Atualizada em 05/04/2018 16:41

CONGRESSO NACIONAL

PLENÁRIO

Veto 5/2018, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 2017-Complementar (nº 171/2015-Complementar, na Casa de origem), que "Institui o **Programa Especial de Regularização Tributária** das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo **Simples Nacional** (Pert-SN)".

Resultado: Veto rejeitado.

Segunda-feira (2/04)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CCS

Pauta: Reunião deliberativa.

I) Relatório sobre projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre o tema das **fake news**, da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Miguel Matos (coordenador), Murillo de Aragão, José Francisco de Araújo Lima, Ricardo Bulhões Pedreira, Maria José Braga e José Antonio de Jesus da Silva.

Resultado: Adiado.

II) Relatório sobre o PL 5130/2016 (exclusão da proibição ou da **suspensão temporária de atividades de provedores** de acesso à internet como forma de sanção) e seus apensados, de autoria do Conselheiro Sydney Sanches.

Resultado: Concedida vista coletiva.

Terça-feira (3/04)

COMISSÃO MISTA DA MPV 810/17 (Fortalece pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação)

MPV 810/17, do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências".

Relator: deputado Thiago Peixoto.

Relatora-revisora: senadora Vanessa Grazziotin.

Parecer: pela aprovação da medida provisória e das emendas nº 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 11, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 38, 39, 41, 47, 48 e 50, na forma do Projeto de Lei de Conversão.

Resultado: Concedida vista coletiva. A reunião foi suspensa e deve ser reaberta na próxima terça (10).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

PL 333/99, do deputado Antônio Kandir, que “Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”.

Parecer CDC: do deputado Paulo Lima, pela aprovação;

Parecer CDEICS: do deputado Léo Alcântara, pela aprovação; e

Parecer CCJC: do deputado Paulo Magalhães, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado.

Resultado: Não deliberado.

PL 1202/07, do deputado Carlos Zarattini, que “Disciplina a atividade de “lobby” e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências”.

Parecer CTASP: do deputado Milton Monti, pela aprovação; e

Parecer CCJC: da deputada Cristiane Brasil, pela constitucionalidade, com emendas, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 1.961/2015, apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 8456/17, do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007” (**Reoneração da folha de pagamento**).

Relator: deputado Orlando Silva (PCdoB/SP)

Parecer da Comissão Especial: pendente.

Resultado: Não deliberado.

Terça-feira (03/04)

COMISSÕES PERMANENTES

Resultado: Foram instaladas 16 comissões permanentes, com a eleição dos respectivos presidentes. Na próxima, serão realizadas as reuniões das outras 8 comissões.

Comissão	Presidente
Agricultura (CAPADR)	Dilceu Sperafico (PP/PR)
Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Daniel Vilela (PMDB/GO)
Consumidor (CDC)	José Stédile (PSB/RS)
Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)	Mara Gabrilli (PSDB/SP)
Educação (CE)	Daniilo Cabral (PSB/PE)
Esporte (CESPO)	Alexandre Valle (PR/RJ)
Finança e Tributação (CFT)	Renato Molling (PP/RS)
Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)	Roberto de Lucena (PODE/SP)
Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)	Marinha Raupp (PMDB/RO)
Minas e Energia (CME)	Marcelo Squassoni (PRB/SP)
Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN)	Nilson Pinto (PSDB/PA)
Segurança Pública (CSPCCO)	Laerte Bessa (PR/DF)
Seguridade Social e Família (CSSF)	Juscelino Filho (DEM/MA)
Trabalho (CTASP)	Ronaldo Nogueira (PTB/RS)
Turismo (CTUR)	Rafael Motta (PSB/RN)
Viação e Transporte (CVT)	Domingos Sávio (PSDB/MG)

COMISSÃO ESPECIAL DO PL 1292/95 (Altera a Lei de Licitações)

Audiência Pública – Tema: “Instrução da matéria”.

Resultado: Realizada.

Quarta-feira (04/04)

COMISSÃO ESPECIAL DO PL 6621/16 (Lei Geral das Agências Reguladoras)

Pauta: Instalação da Comissão e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

Resultado: A Comissão foi instalada. Na ocasião, foi eleito presidente o deputado Eduardo Cury e designado relator o deputado Danilo Forte.

COMISSÃO ESPECIAL DO MARCO REGULATÓRIO DA ECONOMIA COLABORATIVA

Audiência Pública – Tema: “Mobilidade Urbana”.

Resultado: Realizada.

SENADO FEDERAL

Segunda-feira (02/04)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Audiência Pública – Tema: “América Latina: Eleições Regionais e suas consequências para a integração e os acordos (Mercosul e União Europeia)”.

Resultado: Realizada.

Terça-feira (03/04)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

PLS 133/2014, do senador Alfredo Nascimento, que “Altera a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências, para simplificar o procedimento de importação de substâncias sujeitas a controle especial para pesquisa científica e tecnológica”.

Relator: senador Cristovam Buarque.

Parecer: favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

PLC 174/14, do deputado Aureo, que “Dispõe sobre o fornecimento de programas de computador e jogos eletrônicos”.

Relator: senador Otto Alencar.

Parecer: pela rejeição do projeto.

Resultado: Adiado.

PLS 167/14, do senador Roberto Requião, que “Autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes” (autoriza profissionais de saúde e hospitais a armazenarem os documentos constantes dos prontuários dos pacientes em meio eletrônico, desde que digitalizados e assinados com certificado digital, nos termos da Lei nº 12.682/2012).

Relator: senador Waldemir Moka.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Adiado.

Quarta-feira (04/04)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

PLC 130/17, do deputado Paulo Teixeira, que “Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, como requisito para licitação de obras ou serviços, que o vencedor da licitação admita trabalhadores em situação de rua”.

Relator: senadora Rose de Freitas.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Resultado: Adiado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

PLS 319/17, do senador Tasso Jereissati, que “Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho”.

Relator: Antonio Anastasia.

Parecer: pela aprovação do projeto.

Resultado: Adiado.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

REQ 58/18, do senador Paulo Paim, que “Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho (CDHET), com para ‘Apresentar o anteprojeto do Estatuto do Trabalho’”. **Item extrapauta.**

Possíveis convidados:

- Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA;
- Representante do Ministério Público do Trabalho – MPT;
- Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT;
- Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho SINAIT;
- Representante da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT;
- Representante da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho - ALJT; e
- Representante do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP.

Resultado: Aprovado.

COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL – CCC

Audiência Pública – Tema: “Uniformização das Regras sobre Operações Societárias e Redução dos Prazos Prescricionais” e “Melhoria do Ambiente de Negócios no Brasil, Conforme Convenções Internacionais”.

Resultado: Realizada.